

ATA 002/2023

Elaborada por: Jéssica Aguirres - Gerente de comunicação do SINDILAT/RS		Ref.: Reunião da Aliança Láctea Sul Brasileira
Data: 22/11/2023	Horário: 9h às 13h	Local: Híbrida Presencial - Farsul - Porto Alegre e <i>online no zoom meetings</i>

1) ABERTURA DA SALA PARA ACESSO A REUNIÃO VIRTUAL: A sala virtual da reunião foi aberta às 8h30min.

2) ABERTURA DA REUNIÃO: O Coordenador Geral da ALSB 2022/2023, Airton Spies, iniciou a reunião pontualmente às 9h. Agradeceu a todos pela presença, destacando que esta é a última reunião ordinária do ano e um momento especial, pois a coordenação passará para o Rio Grande do Sul após dois anos em Santa Catarina. Informou sobre a agenda do dia, incluindo relatórios, o plano de desenvolvimento da competitividade do leite brasileiro e discussões sobre comunicação e questões legais. Spies também mencionou a presença de representantes dos três estados e a participação do Canal Rural, além de uma análise do Decreto 11.732 sobre créditos de PIS/COFINS para indústrias. Acrescentou a expectativa de relatos sobre o diagnóstico da cadeia produtiva do leite nos estados, a definição do calendário de reuniões do próximo ano e temas gerais sugeridos pelos participantes. Agradeceu à Farsul por sediar o evento e comunicou ausências de alguns membros importantes.

3) ABERTURA COM A VISÃO DAS LIDERANÇAS SOBRE O SETOR LÁCTEO: Francisco Schardong, representando a Farsul, cumprimentou a todos em nome do coordenador Airton e destacou a relevância do tema discutido na reunião, especialmente no contexto do setor lácteo. Com sua experiência de muitos anos no sindicato e no ramo do leite, ressaltou a constante complexidade e os desafios persistentes nesse setor. Expressou a importância da união de pensamentos e convergência para definir os objetivos e necessidades comuns, reconhecendo a entidade presente como um espaço ideal para tal discussão. Citou ainda os aproximadamente de 85 grupos com média de 27 produtores excelentes no programa ATAG, que está fazendo uma grande diferença. Schardong enfatizou o apoio da Farsul, uma parceira histórica do segmento produtivo e do governo, desejando um dia



produtivo para todos os presentes na busca por soluções para esse tema tão vital. Antonio Carlos Cacaoio, representando a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, deu as boas-vindas a todos ao estado. Ele enfatizou a importância contínua das discussões sobre o setor produtivo do leite, ressaltando que essas reuniões têm sido frequentes entre os estados ao longo do ano. Expressou o compromisso em colaborar e buscar soluções para os desafios enfrentados pela cadeia produtiva. Agradeceu a presença e o convite. Otamir Martins representando a Secretaria da Agricultura do Paraná saudou a todos e destacou a importância das discussões sobre a situação do leite, um tema crítico que demanda uma análise aprofundada. Mencionou o diagnóstico do setor, ressaltando a necessidade de aumentar a produção, especialmente para os pequenos produtores, enfatizando o papel crucial do setor na geração de empregos e renda. Martins enfatizou o trabalho conjunto entre os estados, realçando a necessidade de assistência técnica para avançar. Destacou o papel da indústria na cadeia de produção e a importância da discussão sobre exportação e competitividade, mencionando uma visita programada ao México para credenciar o Brasil na exportação de subprodutos lácteos. Ele concluiu enfatizando a necessidade de discutir a qualidade do produto para se manter competitivo no mercado internacional. Valdir Colatto, Secretário da Agricultura de Santa Catarina, expressou seu reconhecimento pelo trabalho conjunto e abordou os impactos das chuvas no Sul do país, mencionando a crise enfrentada pelo setor lácteo e o apoio necessário para os produtores afetados. Destacou a importância de manter os produtores ativos diante da crise, mencionando iniciativas de apoio tributário para importação de insumos essenciais. Ressaltou a busca pela qualidade, mercado e resolução das questões de importação para preservar a produção local. Colatto enfatizou o projeto de controle da brucelose e a necessidade de novos mercados para o leite em pó, reconhecendo a importância da colaboração da Aliança Láctea para explorar essas oportunidades. José Zeferino Pedrozo, Presidente da FAESC, saudou a todos na reunião, agradecendo a presença dos participantes. Ele mencionou a complexidade do momento atual no setor do leite, destacando os desafios tributários e a busca por tratamento equitativo. Ressaltou o esforço em Brasília para igualar condições com os vizinhos e expressou a importância da reunião para a região. Pedrozo também abordou a representação da Aliança, reconhecendo as dificuldades enfrentadas e desejou uma ótima reunião a todos, agradecendo a oportunidade. Ronei Volpi,

representando a FAEP, cumprimentou a todos na reunião da Aliança Láctea, expressando saudações em nome do presidente Meneghetti e do sistema Senar do Paraná, especialmente aos produtores de leite do estado. Manifestou solidariedade às pessoas afetadas pelas chuvas na região sul. Destacou as dificuldades enfrentadas no setor lácteo, citando este ano como um dos mais desafiadores, influenciado por questões de mercado, clima e economia. Ressaltou a crise gerada pelo aumento das importações de produtos lácteos do Mercosul e a dificuldade em resolver esse problema, atribuindo parte da questão a aspectos políticos e estratégicos. Volpi reconheceu a liderança da região sul na produção e industrialização de leite no país, enfatizando a necessidade de melhorar a competitividade, investindo em produtividade, qualidade e sanidade. Encerrou desejando uma boa reunião a todos, agradecendo a oportunidade. Darlan Palharini, secretário executivo do SINDILAT/RS, saudou a receptividade da Farsul e a importância da Aliança Láctea. Destacou as dificuldades enfrentadas no ano atípico e a necessidade de encarar a competitividade diante das importações e do cenário de assistência técnica. Expressou a importância da assistência técnica para garantir a qualidade da produção, especialmente diante das diferentes realidades de produção no país. Abordou a preocupação com a discussão sobre o setor lácteo, ressaltando a diversidade de realidades regionais no Brasil. Palharini também mencionou a importância de comparar a cadeia do leite do Brasil com outros países para entender melhor a situação, agradecendo o espaço e desejando um dia produtivo de trabalho. Selvino Giesel lamentou não poder estar presente presencialmente, mencionando a situação do setor lácteo no país e a falta de efeito dos programas anunciados. Destacou a questão das importações e a possível falta de vontade política para lidar com o problema. Mencionou problemas graves em Santa Catarina e a necessidade de se unir para salvar a produção de leite e minimizar os impactos nas empresas, ressaltando a importância da união entre os estados para encontrar soluções. Wilson Thiesen, representando o Sindileite/PR agradeceu a presença e parabenizou Airton pelo excelente trabalho. Destacou a aprovação do documento que servirá como base para projetos pilotos no Paraná, visando superar os desafios na produção de leite. Elogiou a consolidação do diagnóstico dos três estados, ressaltando a apresentação em breve dos detalhes do diagnóstico do Paraná. Expressou disponibilidade para a reunião e desejou sucesso ao Rio Grande do Sul. Finalizando a rodada de abertura, Airton Spies enfatizou a

preocupação com a crise aguda enfrentada pelo setor leiteiro. Destacou a necessidade de buscar soluções imediatas e estratégias para resolver os gargalos na cadeia produtiva. Mencionou a realização de duas reuniões anteriores para desenvolver o plano de sustentabilidade do leite brasileiro, cujas atas foram enviadas para revisão e possível publicação no site da Aliança Láctea. Aprovou as atas e agradeceu a todos pela objetividade.

4) TRANSFERÊNCIA DA COORDENAÇÃO GERAL DA ALIANÇA LÁCTEA DE SC PARA O RS, BIÊNIO 2024/2025, CONFORME SISTEMA DE RODÍZIO DEFINIDO NO PROTOCOLO DE CRIAÇÃO:

Airton Spies iniciou a discussão sobre a transferência da coordenação da Aliança Láctea de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul para o período de 2024 a 2025, conforme estabelecido no protocolo de criação de 2014. A Secretaria da Agricultura do RS indicou a Farsul para a coordenação, e Rizzo expressou a possibilidade de assumir o papel, conforme deliberado internamente na Farsul. A FAESC expressou-se favorável ao nome de Rizzo. Sindilat/RS, acompanhou a indicação também. Eugênio Zanetti sinalizou que a FETAG apoia a definição. Volpi e Otamir reforçam que o Paraná está satisfeito com a sugestão do nome para a coordenação. Todos os participantes saudaram Spies pelo ótimo trabalho durante a gestão que se encerra.

5) RELATO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA SETORIAL DO LEITE E DERIVADOS DO MAPA E REFLEXOS DAS MEDIDAS ANUNCIADAS PARA A CRISE DO SETOR:

Ronei Volpi, Coordenador da Câmara Setorial, mencionou a divisão do Brasil em várias realidades no setor leiteiro, ressaltando a responsabilidade da região sul na produção de proteínas animais, especialmente lácteos. Explicou que a Câmara Setorial, uma das 36 regulamentadas pelo Ministério da Agricultura, propõe ações e providências ao setor lácteo, composta por 25 entidades nacionais titulares e até 10 convidadas. Seu segundo mandato de dois anos encerra em janeiro. Embora planejasse não continuar, foi sugerido que permanecesse como presidente por mais dois anos, devido à conjuntura desafiadora. Houve cobranças ao Ministério para questões como o Comitê Técnico-Científico de Qualidade do Leite e o Observatório do Leite, ambos inativos. A Câmara não se posicionou sobre a conjuntura mercadológica deste ano, permitindo que associações e entidades atuassem livremente. Surgiu a proposta de reduzir benefícios do programa mais leite saudável para indústrias importadoras de leite, refletida em um decreto divulgado, porém

aprovado apenas em fevereiro. Apesar da quebra de unanimidade, a Câmara foca em regulamentos técnicos e questões de registro no Ministério. Busca maior apoio do Ministério e participação no setor. Há iniciativas em estados para reduzir benefícios na importação, mas a crise persiste devido à falta de mudanças nas importações do Mercosul, influenciada pelas eleições na Argentina. Rodrigo Rizzo mencionou que a representação da Aliança Láctea na Câmara Setorial é diferente, pois há um titular e um suplente. Volpi informou que a Aliança Láctea é uma das 25 entidades titulares da Câmara, mas não houve solicitação de indicação de representantes. Discutiram sobre a substituição e a formalização dessa troca no Diário Oficial. A próxima reunião da Câmara está marcada para abril de 2024, dando tempo para formalizar a substituição no Ministério. As alterações devem ser publicadas oficialmente para valer. O processo envolve enviar as alterações para a Câmara Setorial em Brasília, indicando Rizzo como titular e Guerra como suplente.

6) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE, DISCUSSÃO, HOMOLOGAÇÃO E ENCAMINHAMENTOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA COMPETITIVIDADE GLOBAL DO LEITE SUL-BRASILEIRO (PDCGL) ELABORADO PELO GT NO WORKSHOP DE 25/09/23. AIRTON SPIES E NOVO COORDENADOR GERAL DA ALIANÇA LÁCTEA SUL-BRASILEIRA: Airtón Spies, mencionou o documento enviado por e-mail referente ao plano após a reunião em Santa Catarina. Apresentou detalhadamente os objetivos do Plano de Desenvolvimento da Competitividade Global do Leite Sul-Brasileiro, enfatizando a estagnação do mercado interno e a necessidade de aumentar a produção. Destacou a heterogeneidade do setor e a queda no número de produtores nos últimos anos. Falou sobre os desafios de crescimento e competitividade, bem como a importância de reduzir custos e aumentar o consumo interno. Discutiu objetivos como produzir leite de qualidade competitiva global, melhorar rendimento industrial, infraestrutura e logística, além de formalizar relações entre produtores e indústrias. Mencionou a necessidade de melhorias sanitárias e adequação nos serviços de inspeção, visando à exportação de lácteos. Destacou a importância econômica e social do setor leiteiro, evidenciando seu potencial de geração de empregos. Spies colocou o documento em aprovação. Rui Silveira Neto, da equipe econômica da Farsul, considera que o diagnóstico está completo, vendo-o como um plano de longo prazo. Identifica avanços previstos para o curto e médio prazo, mas percebe que o aumento da renda média do

brasileiro será um processo mais lento. Destaca a baixa média de consumo de leite por pessoa no Brasil, o que é desproporcional para um país com tamanho potencial agrícola. Expressa lamento pela falta de espaço do leite na pauta exportadora brasileira, ressaltando a importância de buscar mercados externos. Compara com os avanços em outras áreas, como na pecuária de corte e nas exportações de arroz, enfatizando a necessidade de aproveitar as oportunidades de novos mercados. Ressalta a relevância de expandir para além dos mercados tradicionais, citando exemplos de paradas ou fechamentos de mercados que afetaram a exportação de proteínas animais. Darlan Palharini, reconhece o bom trabalho feito, mas destaca uma questão na média de produtividade da Argentina e do Uruguai que precisa de ajustes. Observa a ausência de um plano de marketing para aumentar o consumo e divulgar os benefícios do leite, algo que ele considera importante e que está sendo iniciado com o Fundoleite. Sugere pensar em propostas de incentivo para exportação, tanto internamente como para países vizinhos, buscando reduzir a carga tributária. Propõe um acompanhamento mais detalhado dos produtores, visando entender a produção real e a competitividade frente às importações da Argentina e do Uruguai. Destaca a necessidade de preparação para um possível redirecionamento do mercado devido às mudanças na produção chinesa. Propõe analisar o consumo de queijo por região no Brasil e buscar inteligência de mercado para orientar os avanços nesse sentido. Enfatiza a importância de buscar modelos de produção que possam competir com os custos das importações, considerando a legislação para exportação de leite e seus derivados. Conclui apontando a necessidade de um plano estratégico que una os três estados para enfrentar os desafios dos custos das importações, mantendo a atividade viável. Osmar Redin, secretário executivo da APIL, Parabenizou os organizadores pela proposta e pelo resumo conciso, observou alguns erros de digitação e sugeriu incluir importação além da exportação, destacando a importância desse fluxo na indústria de laticínios. Questionou a priorização e coordenação das 10 ações propostas, sugerindo a necessidade de um órgão ou instituição para liderar e coordenar esses passos futuros. Destacou a importância de alguém coordenar e impulsionar o desenvolvimento dessas ações para garantir uma evolução mais rápida, priorizando aquelas que podem avançar mais rapidamente. Enfatizou a necessidade de sincronia entre as ações para um avanço conjunto e eficiente. Airton Spies informou que a versão corrigida ortograficamente já foi compartilhada com os membros da

ALSB. Otamir Martins reforça que o documento trouxe uma abordagem mais didática para a análise e foco nos diagnósticos e na questão da federalização. Salienta que há propostas a serem trabalhadas, especialmente sobre a captação. Na reunião da aliança, acha pertinente a discussão sobre a exportação e a importância do marketing e divulgação, destacando a necessidade de ações efetivas nesse sentido. Expõe o desejo de avançar mais, especialmente no que diz respeito ao projeto de coordenação para estados do Sul e suas estratégias de marketing. Herton Lima, coordenador de formação profissional rural do SENAR/RS, destaca a importância do planejamento estratégico elaborado para a cadeia do leite. Reconhece a necessidade de deixar um legado para essa área crucial e menciona a importância do marketing para agregar valor ao produto. Comenta sobre a experiência na suinocultura e avicultura, observando a valorização das marcas brasileiras no mercado asiático. Destaca a necessidade de discutir custos viáveis para a exportação do leite e parabeniza o trabalho da Aliança Láctea por sua contribuição histórica para o setor. Antônio Carlos Cacaoio destaca a importância da exportação para a cadeia do leite, propondo uma organização voltada para essa área. Observa a necessidade de adaptar-se à nova realidade do mercado e menciona a vinda de representantes mexicanos para avaliar as plantas no Rio Grande do Sul. Sugere a formação de um subcomitê na Aliança láctea para focar na presença do leite no mercado internacional, seguindo o exemplo das aves no mercado chinês. Ronei Volpi expressa admiração pela apresentação do documento como um norte para a aliança láctea. Sugere um prazo para novas sugestões, enfatizando a importância de incluir estratégias de marketing. Propõe formalizar o documento e enviá-lo a todos os setores relacionados ao leite. Destaca o papel essencial da indústria no desenvolvimento e defende a autonomia dos produtores na atividade. Rizzo menciona a presença do BNDES, um banco de desenvolvimento dos três estados, e o BRDE, e destaca a possibilidade de encontrar nestes alguém para operacionalizar. Guilherme Dias, da CNA, elogia o plano da cadeia e propõe selecionar dois objetivos anuais para implementar ações sugeridas nos estados. Destaca a importância de definir ações e marcos temporais para operacionalizar tarefas. Enfatiza a necessidade de acordos comerciais para o mercado lácteo. Destaca o programa de internacionalização e sugere contribuir para questões agrícolas na África do Sul. Rogério Dereti, da Embrapa, cumprimenta a todos e destaca o compromisso da Embrapa em contribuir para a competitividade da

cadeia do leite. Reconhece a importância do trabalho apresentado e menciona que a Embrapa identificou várias contribuições que podem ser oferecidas. Reforça o compromisso da instituição em estar ao lado da cadeia e disponível para tornar o plano uma realidade. Enfatiza o objetivo de superar as dificuldades da cadeia do leite e criar uma estrutura competitiva a longo prazo. Agradece a oportunidade e reitera a disposição da Embrapa para colaborar com o que for necessário. Airton Spies encerra o item da pauta, considerando o plano homologado, mas aberto a sugestões e melhorias. Destaca que incluirá um objetivo sobre impulsionar o consumo interno através de marketing e informações, além de mencionar a importância de melhorar a relação entre indústria e varejo. Convida os convidados a enviar demais sugestões por e-mail até o dia primeiro de dezembro, para o e-mail aliancalactea@gmail.com.

7) APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PRÉ PROJETO DE COMUNICAÇÃO DO CANAL RURAL PARA PROMOVER MOBILIZAÇÃO E VISIBILIDADE DE AÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE:

Giovane Ferreira – Diretor de Conteúdo do Canal Rural, saúda a todos e agradece a oportunidade na reunião da aliança láctea. Apresenta sua posição como coordenador de conteúdo nacional, enfatizando a importância do documento como um divisor de águas diante das crises intensas na produção de leite. Destaca a comunicação assertiva como essencial e traz o desafio de educar e comunicar melhor sobre o agronegócio. Propõe uma estratégia 360 de mídia e comunicação para combater desinformação e ideologias prejudiciais ao setor agropecuário. Reflete sobre a relevância da comunicação na cadeia produtiva do leite e propõe uma parceria estratégica entre Canal Rural e a Aliança Láctea para sensibilizar e mobilizar público e privado na reestruturação da cadeia produtiva. Destaca a necessidade de capacitação, abertura de novos mercados e a importância das redes sociais. Encerra salientando a relevância do documento para o futuro sustentável da cadeia produtiva do leite no Brasil e ressalta a importância da comunicação assertiva para alcançar os objetivos propostos. Ronei Volpi comenta sobre a necessidade de estratégias para a sequência do encontro. Destaca a importância do Canal e como todos ali contribuem para a divulgação quando necessário. Levanta o desafio crucial de como realizar essas ações de forma efetiva, buscando retorno real. Expressa a dificuldade geral do setor agro em se comunicar com a comunidade e os consumidores, especialmente fora da região sul. Levanta a possibilidade de um programa nacional na aliança láctea para abordar esse cenário,

considerando que a maior parte dos consumidores e formadores de opinião está fora dessa região. Giovane Ferreira responde que pode ser uma questão nacional. Considera o trabalho proposto como uma estratégia em desenvolvimento com potencial de influenciar o país. Destaca a abrangência nacional da estratégia em termos de produção, captação e distribuição de conteúdo. Menciona a influência direta e indireta nos agentes da cadeia produtiva do leite. Observa a participação do Sul na produção e formalização do leite, sugerindo que o que é proposto na região pode servir como modelo para o país. Enfatiza a necessidade de iniciar a ideia de mostrar o Sul como referência a partir do desenvolvimento do plano para a cadeia produtiva do leite.

8) IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO DECRETO 11.732/23: Matheus Venturini, assessor jurídico do SINDILAT/RS, informa que o decreto visava reduzir a importação, porém, ao ser analisado pelo nosso escritório, não identificamos o cumprimento do prometido pelo governo federal. A mudança no decreto estabelece que o crédito de impostos será direcionado apenas para indústrias que adquiram leite e produzam exclusivamente produtos lácteos a partir dele. Não há uma restrição clara à importação de leite em pó, como foi divulgado pela imprensa. Ainda, o parecer elaborado para o SINDILAT/RS destaca possíveis implicações jurídicas para indústrias que haviam submetido projetos sob regras anteriores do programa mais saudável. O parecer completo elaborado sobre essa mudança pode ser compartilhado com os participantes. Rodrigo Rizzo, reforça que ficou claro que foi uma resposta política à pressão do governo federal devido à grave crise enfrentada pelas indústrias e produtores. O aumento significativo estava vindo, desculpe, da Argentina, e não se sabia que isso dependia das eleições lá. O decreto foi feito com esse prazo para coincidir com as eleições argentinas, mostrando uma motivação política mais do que técnica. Parece que o decreto acabou sendo ineficaz. Eugênio Zanetti, da Fetag, salienta que a medida proposta não teria efeito real sobre 70% do leite importado pelas indústrias. Na verdade, penaliza a indústria local, reduzindo sua competitividade. Outro ponto relevante é a questão da lista da Brasília, um processo complexo que pode demorar até um ano e meio, mas vale a pena, já que essa validação pode durar cinco anos. É um esforço para provar que a indústria vende mais caro no Brasil do que no mercado internacional, prejudicando os produtores. É um desafio, mas necessário para melhorar a eficiência do setor, especialmente diante do

cenário atual, onde produtores maiores também enfrentam dificuldades, sem perspectivas imediatas de mudança. Ronei Volpi colabora enfatizando que em muitos casos, quanto maior a produção, maior o impacto. Essa é uma questão tributária delicada, uma surpresa para todos, mas uma imposição constitucional. O decreto, embora inócuo em sua redação, reflete a falta de especialistas na sua elaboração. Representando a CNA, destacou que houve um desgaste significativo devido à omissão do setor industrial, que não discutiu as importações, deixando os produtores isolados. Acredito que ainda há tempo para unir produtores e indústria, corrigindo o que for necessário e levando propostas conjuntas ao governo. A falta de diálogo reflete a situação atual do Brasil, e é essencial buscar soluções conjuntas para apresentar ao governo. Rodrigo Rizzo, salienta que acredita que a Câmara Setorial é o ambiente adequado, pois reúne todos os elos da cadeia: comércio, indústria e produtores. Reforça também que a visão trazida por Matheus Venturini destaca que o problema não é apenas dos produtores, mas sim de todo o segmento de mercado. Guilherme Dias, da CNA, informa que em uma reunião da Comissão Nacional de Pecuária de Leite e do Ministério da Agricultura foi garantido que a mudança no decreto impactaria empresas que usam leite importado, aplicando um regime tributário de 20% original e 5% em importações por três meses. Ainda restam dúvidas, como apontado por Matheus. Buscamos acesso ao parecer para assegurar a aplicação correta. Temos desafios para comprovar que os preços no mercado externo são menores que no interno, já que o Brasil paga altos valores por leite importado. Procuramos alternativas para garantir dados precisos das indústrias, que são nossa única fonte de informação. Eugênio questiona Dias se houve avanços na investigação para comprovar a necessidade de aplicar taxas antidumping e Dias responde que o fato gerador está sendo buscado e está relacionado ao preço de exportação versus o preço interno. No caso, não temos essa disparidade: o preço lá fora é mais baixo do que aqui. Tivemos reuniões com a secretária da Camex, ela nos forneceu vários documentos para análise, mas ainda não identificamos esse fato gerador. Se exportamos a preços menores do que vendemos internamente, acabamos jogando o produto lá fora, já que o preço de exportação é maior que o praticado aqui, especialmente na Argentina. Darlan Palharini questiona Dias, se na questão do produto importado, especialmente o que veio da Argentina, há um ponto a considerar, mesmo com um valor um pouco menor do que o ofertado pela indústria nacional no

leilão GDT e Guilherme responde que o preço interno aqui está acima do preço internacional, tornando a importação mais barata. Se o mercado interno na Argentina, por um período de dois anos, for mais baixo do que o valor que estão vendendo o leite aqui no Brasil, então teríamos uma situação de fato gerador para agir. Porém, atualmente, não temos esse cenário que seria o ponto inicial para agir. Palharini sugere uma proposta dentro da aliança láctea em relação aos subsídios da Argentina. Ele destaca a necessidade de uma ação do governo para equalizar ou proibir esses subsídios, seguindo as diretrizes do Mercosul. Ele menciona um documento com sugestões de alterações para o governo federal, contemplando produtores e indústria. Destaca a falta de avanço na apresentação de propostas e sugere que a aliança láctea encaminhe esse documento para coordenadores da câmara setorial, visando um diálogo entre as partes. Rodrigo Rizzo encaminha que o SINDILAT/RS irá elaborar a minuta do documento que será endereçado aos ministérios pertinentes.

9) APRESENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES E ATIVIDADES PARA 2024: Rizzo sugere manter a prática das quatro reuniões anuais nos meses de março, junho, agosto/setembro e novembro. Propõe realizar a de março em Santa Catarina, envolvendo sindicatos, convidados e governadores. Em junho, a reunião seria no Paraná, trazendo-a novamente para o Rio Grande do Sul durante a Expoiner em agosto/setembro, e em novembro será definido o local.

10) ASSUNTOS GERAIS, ENCAMINHAMENTOS E ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Haverá uma nova reunião para a apresentação de informações de diagnósticos realizados em Paraná e Santa Catarina, em função do tempo estar esgotado. Propôs-se também a junção dos dados dos três estados para uma visão regional, cogitando o uso de horas técnicas do Senai para compilar essas informações. Foi acordado aguardar o envio desses materiais para então avançar na organização desses dados. Nada mais havendo a ser tratado, o coordenador da ALSB 2024/2025, Rodrigo Rizzo, encerrou a reunião às 13 horas e 06 minutos.

Airton Spies
Coordenador da ALSB
2022/2023

Rodrigo Rizzo
Coordenador da ALSB
2024/2025